

A REPRESENTAÇÃO DA TRABALHADORA EM *PARQUE INDUSTRIAL*, DE PATRÍCIA GALVÃO

Taislane Vieira (UNIMONTES- Bolsista CAPES)¹
Telma Borges da Silva (UNIMONTES)²

Resumo: Essa comunicação pretende explorar a representação social da personagem Corina em *Parque Industrial* (1933) de Patrícia Galvão, e suas relações com o campo do trabalho. Para refletir sobre essa personagem recorreremos a teoria de María Lugones que mostrar a necessidade de estudar as questões de gênero em sua interseccionalidade entre raça/classe/sexualidade e gênero. Nesse contexto, buscaremos observar o perfil da personagem Corina e compreender as singularidades da mulher negra, representada pela Literatura Brasileira, de forma a descolonizar o saber, e contribuir para a criação de um feminismo não eurocentralizado.

Palavras-chave: Representação Social; Interseccionalidade; Gênero.

O mundo capitalista e patriarcal é regido por vários discursos hegemônicos que circulam na sociedade e visam dar legitimidade às ações da classe dominante. Portanto, é necessário observar as representações e os discursos políticos forjados pelo patriarcalismo que falseiam e constroem o outro como um ser inferior, que é excluído das práticas sociais. A apreensão desses discursos é fundamental para que os grupos marginalizados ressignifiquem as supostas “verdades” e descolonizem o poder e o saber, de forma a garantir sua visibilidade.

Segundo Denise Jodelet,

(as) representações formam um sistema e dão lugar a ‘teorias’ espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações. (...) através dessas diversas significações, as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica. Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas (JODELET, 1989, p. 4).

As representações sociais construídas pelo discurso colonial, e que perduram até os dias atuais, elaboram a visão de que os negros, mestiços e indígenas são indivíduos

¹ Graduada em Letras (UFVJM), Mestranda em Estudos Literários (UNIMONTES). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Código de Financiamento 001. Contato: tais19lane@hotmail.com.

² Professora Doutora em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do mestrado e da graduação em Letras da UNIMONTES. Contato: t2lm1b3rg2s@yahoo.com.

“preguiçosos”, portadores de índole duvidosa, “malandros”, destituídos de moral, entre outras denominações estereotipadas. Quando nos referimos à mulher negra e pobre, percebe-se que a discriminação torna-se mais acentuada do que aquelas sofridas pelo negro em geral e pela mulher branca, uma vez que estamos lidando com um sujeito triplamente marginalizado, pelo gênero, pela etnia e pela raça.

Portanto, Segundo María Lugones (2008), o conceito de gênero, instituído pelo sistema colonial moderno de gênero, é limitador, pois foi instituído pelo discurso eurocêntrico, que desconsidera a interseccionalidade de raça/ classe/sexualidade/gênero. Ao desconsiderar estes fatores, as teorias de gênero propõem a universalização dos ideais feministas, que excluem as mulheres negras das lutas pela emancipação feminina. Desse modo, surge a necessidade de construir um pensamento diferente daquele proposto pelos padrões eurocêntricos, que dê visibilidade e reconheça as lutas das mulheres negras.

Diante desse cenário, compreendemos que, ao estudar a representação da mulher negra, não podemos desvinculá-la da interseccionalidade entre raça/classe/sexualidade e gênero, pois além de os estudos hegemônicos, propostos por mulheres brancas, não darem conta das especificidades das mulheres negras, corremos o risco de reforçar o discurso dominante.

Nesse contexto, buscaremos observar o perfil da personagem Corina, de *Parque Industrial*, e buscar compreender as singularidades da mulher negra, representada pela Literatura Brasileira, de forma a descolonizar o saber, e contribuir para a criação de um feminismo não eurocentralizado. Essa personagem não pode ser analisada pelas teorias femininas tradicionais, uma vez que elas ignoram os vestígios do passado colonial.

Corina é uma operária negra, que trabalha em um ateliê de costura, no bairro do Brás, em São Paulo. A narrativa mostra que a personagem sofre muitas privações, mas a principal delas é a falta de alimento, pois sua remuneração é insuficiente para subsistência de uma família; além do mais é roubada pelo padrasto, um alcoólatra que gasta todo o dinheiro da enteada com bebida. A personagem percebe que a mãe sofre constantes agressões do padrasto, mas prefere não testemunhar as cenas, por isso fecha a porta, se arruma e vai ao encontro do amante burguês.

É importante observar que Corina desconstrói o imaginário no qual “(a mulher) era vista como um ser dependente do homem” (FERREIRA, 2018, p. 4). A personagem ocupa no cenário familiar o papel de provedora da família, e o padrasto, única figura masculina do lar, ocupa o papel de dependente e explorador da enteada. Devemos,

também, questionar se esse imaginário que institui a visão de mulher frágil, e necessitada de proteção masculina, se estende às mulheres negras, pois, segundo Sueli Carneiro,

[n]ós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito **de fragilidade e proteção masculina**, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (CARNEIRO, 2001, s. p., grifo meu).

Carneiro deixa claro que as mulheres negras não se encaixam no imaginário patriarcal, pois elas sempre trabalharam e nunca foram tratadas como frágeis. Portanto, essa visão e discurso não condizem com a realidade desse perfil de mulher. As teorias feministas, ao proporem a emancipação da mulher através do trabalho, reforçam a existência de um feminismo eurocêntrico e universalizado, preocupado com a luta de mulheres brancas. De acordo com Lugones, “somente ao perceber gênero e raça como entrelaçados e fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor³” (LUGONES, 2008, p. 82, tradução minha).

Corina representa bem a mulher que deve ser estudada na sua condição de sujeito triplamente marginalizado, pois é negra, pobre e mulher, como mostra o excerto a seguir: “Corina, com dentes que nunca viram dentista, sorrindo, satisfeita. É a mulata do atelier. Pensa no amor da baratinha que vai passar para encontrá-la de novo a hora da saída” (GALVÃO, 2006, p. 25). A afirmação “é a mulata do atelier” sinaliza bem a marginalização e a exclusão das mulheres negras. Dentre todas as funcionárias, possivelmente, Corina era a única negra a trabalhar naquele estabelecimento.

Além dessas características, atribuídas pelo patriarcalismo como pertencentes a indivíduos inferiores, a personagem não tem consciência de classe; essa falta de conhecimento também faz parte da exclusão sofrida por mulheres negras, já que a maioria não teve acesso à educação formal.

Percebe-se que a personagem é um sujeito silenciado, que não questiona a realidade na qual está inserida. A ausência de voz da personagem pode estar ligada aos fatores já mencionados e à inexistência de uma agenda que contemple todas as

³ Solo al percibir género y raza como entretamados o fusionados indisolublemente, podemos realmente ver a las mujeres de color. (LUGONES, 2008, p. 82).

singularidades da mulher negra e pobre. Possivelmente, Corina não reconheça a luta elaborada pelas outras personagens, que são operárias brancas e alfabetizadas, como uma luta que a contemple.

A despeito de Corina não ser alfabetizada, é visível a carência de informações e instruções. Isso se deve, principalmente, ao passado colonial, pois, mesmo após a abolição da escravatura, as condições de vida das mulheres negras são significativamente inferiores às das mulheres brancas. Mesmo livres, o processo histórico de colonização as impediu de ter uma educação formal e as relegou aos piores serviços.

Segundo Margareth Rago,

[a]s mulheres negras, por sua vez, após a abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. Os documentos oficiais e as estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais revelam um grande número de negras e mulatas entre empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas. (...) Normalmente, as mulheres negras são apresentadas, na documentação disponível, como figuras extremamente rudes, bárbaras e promíscuas, destituídas, portanto, de qualquer direito de cidadania. Na verdade, além de suprir o mercado de trabalho livre com mão-de-obra-barata, as elites brasileiras, inspiradas pelas teorias eugenistas que se formularam na Europa e nos Estados Unidos, preocupavam-se profundamente com a formação do “novo trabalhador brasileiro”, cidadão da pátria, disciplinado e produtivo – e, evidentemente, dedicavam muitas horas discutindo “o embranquecimento e o fortalecimento da raça”. Muitos esforços foram feitos para que os imigrantes viessem predominantemente dos países europeus, e “não da Ásia, nem da África”. (RAGO, 2009, p. 582-583).

Diante desse pressuposto, fica evidente que a condição da mulher negra e pobre é diferente da condição da mulher branca e pobre, e da mulher branca e burguesa. Ao observar as singularidades das personagens de *Parque Industrial*, percebe-se que a exclusão, a coisificação e a discriminação de Corina sobressaem em relação às demais personagens, devido à sua herança colonial.

A marginalização, a qual a personagem é submetida, dispõe como única alternativa o sonho de uma vida melhor. Diante desse cenário, Corina ilude-se com Arnaldo, seu amante burguês, e acredita que ele assumirá a relação e lhe proporcionará melhores condições de vida. Fica claro no decorrer da narrativa que a personagem tem

carência de amor e, principalmente, de alimento. O apego ao amante deve-se mais aos alimentos que este lhe proporciona, e que lhe faltavam em casa, do que com sua condição de jovem branco e de burguês.

Alfredo, ao suprir a necessidade de subsistência de Corina, ilude a personagem, que sonha em levar uma vida confortável, sem privações de alimento. Arnaldo explora sexualmente Corina e lhe abandona, após descobrir sua gravidez. Com o fim do relacionamento e diante da gravidez, a personagem é expulsa de casa pelo padrasto e, posteriormente, demitida do ateliê onde trabalhava.

Percebe-se que as próprias operárias são preconceituosas e discriminam a personagem pela situação em que se encontra. “ – Viu Otávia? A Corina de barriga! Juro que está! Uma delas vai linguarar para madame. A costureira chama a mulata. Todas se alvoroçam. É uma festa pras meninas. Ninguém sente a desgraça da colega. A costura até se atrasa” (GALVÃO, 2006, p. 51). É perceptível a falta de sonoridade feminina, que além de renegar a companheira de trabalho, se deleitam com sua condição. O comportamento das operárias nós faz supor que elas rejeitam a personagem pela cor da sua pele, uma vez que era a única negra a trabalhar no atelier.

A única operária a se solidarizar com Corina é Otávia, que oferece sua casa e busca instruir e inserir a companheira na luta de classe. No entanto, Corina permanece iludida com Arnaldo; prefere sonhar com o retorno do amante e, conseqüentemente, com o alimento que lhe faltava.

Desnorteada com a atual situação, Corina começa a se prostituir e perde o filho, que nasce vivo, mais sem pele no corpo, possivelmente por ter contraído alguma doença sexualmente transmissível. Os médicos acusam a operária de assassina, e tudo indica que essa acusação decorre do fato de a personagem ser prostituta, já que tal profissão era extremamente condenada pelos médicos e sociedade em geral. A personagem é pressa, acusada de matar o filho.

A narrativa evidencia que a condição de prostituta da personagem está ligada ao capitalismo e, conseqüentemente, ao passado escravocrata. Sem o apoio familiar, sem perspectiva de emprego e diante de uma sociedade moralista, sexista e racista, a personagem não teve outra opção de subsistência, por isso dedicou-se à prostituição. Com isso, presenciamos a objetificação da personagem, que é anulada como ser humano e passa a vivenciar todos os tipos de violência e humilhação:

(...) um sujeito lustroso (...) leva (Corina) para um bordel no Brás.

– Vestida assim, ninguém te quer.
Abre-lhe a blusa, rasga-lhe o sutiã e a empurra para as vitrines da porta.
Nas 25 casas iguais, nas 25 portas iguais, estão 25 desgraçadas iguais.
Ela se lembra que com as outras costureirinhas, caçoava das mulheres da rua Ipiranga. Sente uma repugnância, mas se acovarda. Faz entre lágrimas, como as outras. (GALVÃO, 2006, p. 54).

Observa-se que Corina é constantemente explorada pela figura masculina; primeiro pelo padrasto que a explora financeiramente; posteriormente, pelo amante burguês que a seduz através dos alimentos que lhe proporciona e terceiro pelo dono do prostíbulo, que, de acordo com o excerto é um sujeito distinto que explora sexualmente as mulheres. Temos, também, os frequentadores do prostíbulo que, geralmente, são os burgueses que abusam, agredem e coisificam o corpo feminino, transformando-o em objeto dos prazeres masculinos.

Os discursos institucionalizantes criam representações acerca da prostituta que contribuem para a coisificação da mulher, e a legalização das agressões e estupros sofridos por elas. Segundo Rago,

(...) o médico F. Ferraz de Macedo, em sua tese de doutoramento sobre a prostituição no Rio de Janeiro, de 1873, conclui que, entre as várias causas que favorecem a prostituição pública, destacam-se: a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado de prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e principalmente o temperamento erótico da mulher. Além disso, acrescenta os bailes populares e folias carnavalescas criam condições especiais para a emergência de práticas devassas e pervertidas (RAGO, 2014, p. 117).

Esses estereótipos criados em torno da prostituta e atrelados à representação da mulher negra como aquela dotada de erotismo e promiscuidade, servem para escamotear a relação entre o capitalismo e a violência contra as mulheres, principalmente contra as mulheres negras. Silva Federici defende que o cerne da acumulação capitalista está ligado aos “aspectos mais violentos da acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 27), dentre eles a escravidão e a degradação das mulheres que foram condições necessárias para o surgimento desse sistema econômico e de sua perpetuação.

Portanto, fica explicitado que a prostituição é uma consequência do sistema capitalista que, intencionalmente, se apropriou do corpo feminino para satisfazer

sexualmente os homens burgueses e, assim preservar a castidade das mulheres brancas e burguesas.

Durante o período escravagista a mulher escrava, além de trabalhar nas lavouras e nas casas dos senhores, também era reprodutora da força de trabalho e explorada sexualmente pelos senhores. Segundo Beatriz Nader, “a prostituta, além de contribuir para a conservação da virgindade das mulheres brancas e honradas, também servia para a iniciação sexual dos rapazes e para a prática sexual dos homens infiéis fora do casamento” (NADER, 2001, p. 78). Retomar esse passado é importante, uma vez que mesmo após a escravidão a mulher negra continuou sendo explorada pelo capitalismo e pelo patriarcalismo, tendo muitas vezes que desempenhar as tarefas menos prestigiadas pela sociedade, como é o caso da personagem Corina que, diante da fome, se prostitui em troca de alimento: “Corina não espera o homem. Espera o sanduiche. Já sente a mortadela vermelha de grandes olhos brancos no meio da broa quentinha.” (GALVÃO, 2006 p. 118). Nesse sentido, pode se dizer que Corina não vende o corpo e sim a vontade de comer.

Nota-se que a falta de escolhas de Corina não interfere na decisão judiciária de indiciá-la pela morte da criança, os médicos e as instituições de poder condenam a prostituição e a concebem como uma escolha da personagem. Corina não premeditou um aborto, nem a morte do filho; pelo contrário, trabalhava pensando na vida que poderia oferecer à criança. Segundo Rago,

O saber médico não admitia a existência de uma pluralidade de saberes sobre o corpo, procurando reinar soberana e exclusivamente. A inobservância das prescrições higiênicas, transmitidas como regras morais, era ameaçada com o perigo da morte dos nenês ou com o risco da deformidade, culpabilizando-se a mãe. (RAGO, 2014, p. 169).

É perceptível que o capitalismo criou várias estratégias e teve o apoio das instituições patriarcais para fortalecimento da acumulação capitalista. Dentre as técnicas utilizadas, podemos citar a escravidão e a marginalização feminina.

Pode-se dizer que a marginalização da mulher foi um processo histórico e violento que figurou como um dos principais pilares do capitalismo. É evidente que todas as mulheres foram atingidas por esse processo, e ainda hoje lutam por seus direitos. No entanto, é perceptível a existência do feminismo hegemônico que exclui as mulheres trabalhadoras negras das suas reivindicações. Portanto, se ocupar somente da

opressão de gênero, sem levar em consideração que a história de vida das mulheres negras escravizadas e de seus descendentes são diferentes, seria o mesmo que reforçar o caráter hegemônico do feminismo eurocentralizado.

Como percebemos através da personagem Corina, o passado colonial deixou vestígios no presente e a luta da mulher negra é bem mais ampla do que a da mulher branca. Nesse sentido, ao propor o estudo de gênero a partir da intercessionalidade de gênero, raça e classe, proposto por María Lugones, estaríamos contribuído para a descolonização do saber e do poder e para a desconstrução da teoria hegemônica de gênero, além de possibilitar compreender as especificidades da mulher negra e a relação entre escravidão e prostituição que afetou, sobretudo, as mulheres.

Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA, empreendimentos sociais; TAKANO, cidadania (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulher, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante. 2017.

GALVÃO, Patrícia. (Mara Lobo). *Parque Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

JODELET, Denise. “Representações sociais: um domínio em expansão”. In: D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Trad. Tarso Bonilha Maxotti. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação – UFRJ, dez. 1993.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa: Colombia*. Bogotá, n. 9, p.: 73-101, jul-dez, 2008.

NADER, Maria Beatriz. A mulher e seu destino biológico e A influência da determinação biológica na divisão social dos papéis. In: NADER, Maria Beatriz. A

mulher: do destino biológico ao destino social. 2. ed. Vitória: EDUFES/Centro de Ciências Humanas e Naturais. 2001. p. 70-122

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANESI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto. 2009. p. 578-606.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.